



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE IMBITUBA (SC)
ATA DA 191ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Data e Local: 24 de setembro de 2009, às 9h, na Sala de Reuniões da Companhia Docas de Imbituba.

Presentes: O Presidente e os Conselheiros ao final desta Ata nominados e identificados, de acordo com as respectivas representações.

Todas as ausências foram justificadas

Convidados: Ivo Dreier, Gerente da Manuchar; Ramiris Ferreira, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Imbituba e Membro do Comitê Técnico da Comissão Porto x Cidade; Gustavo Gorigoitia Vega, Gerente de Logística da CRB Operações Portuárias; Eduardo Martins Pinho, 3 Golf; Armando Piamolini Júnior, CASP – Cendi Assessoria de Segurança Portuária; Sub-Oficial Jamilson Silva de Moura, Encarregado SSTA da Delegacia da Capitania dos Portos em Laguna; Moacir Freitas da Rosa, Engenheiro Civil da Secretaria de Infraestrutura do Município de Imbituba e Membro do Comitê Técnico da Comissão Porto x Cidade; Valdir Cunha Alves, Estagiário da CDI; Antônio Carlos Zapelini, Consultor e Carlos Augusto Menezes, Gerente Comercial da Ferrovia Tereza Cristina.

Constatado *quorum*, o Presidente cumprimentou os presentes e deu início à reunião.

1. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA ATA DA 190ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Colocada em discussão pelo Presidente, foi aprovada a ata da Reunião Ordinária nº 190.

2. POSSE DE CONSELHEIRO

O Presidente leu as Portarias n.º 252, de 14/09/2009 (D.O.U. 15/09/2009), e n.º 256, de 16/09/2009 (D.O.U. 17/09/2009), ambas da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e empossou, respectivamente, os Conselheiros Roberto Tórtima (suplente) e Caio Marcelo Morel Correa (titular), representantes dos Terminais Retroportuários no Bloco dos Usuários, por um período de dois anos a contar desta data, apresentando as boas vindas aos novos Conselheiros.

3. NORMAS DE ATRACAÇÃO

O Presidente informou que a Norma já está completa, faltando apenas um ajuste relativo à prioridade de navios com cargas para terminais instalados no Porto, mas devido à incompatibilidade de agenda a Comissão não se reuniu. O Conselheiro Jeziel reafirmou as palavras do Presidente e disse que o relator da Comissão deve estar agendando a reunião para os próximos dias.

4. DESEMPENHO NO PERÍODO, RELATADO PELO ADMINISTRADOR DO PORTO DE IMBITUBA

4.1. Relatório de AGOSTO/2009: após o relato, prestados esclarecimentos aos Conselheiros sobre os relatórios de *Estatística de Cargas e Navios, Receitas e Despesas e Atividades Mensais do Porto*.

4.2. Programa de Arrendamento de Instalações Portuárias: informou que havia recebido um telefonema do Diretor Geral da ANTAQ, Fernando Fialho, o qual solicitou o apoio da CDI para esgotar esse assunto junto àquela Agência, razão pela qual o eng. Gilberto Barreto, na qualidade de Presidente do CAPPI e consultor responsável pela modelagem do arrendamento esteve na sede da ANTAQ para tratar do processo do terminal de fertilizantes, discutindo todas as pendências com o engenheiro Samuel Ramos de Carvalho Cavalcanti, Especialista em Regulação da Gerência de Portos Públicos e o Gerente de Portos Públicos, Jair Campos Galvão. Todas as dúvidas foram esclarecidas e a CDI deverá remeter a versão final do Edital na próxima semana à Gallotti Advogados Associados, que presta assessoria jurídica à CDI, para análise e entrega da documentação na ANTAQ.

O Administrador do Porto solicitou ao Presidente que acrescentasse informações sobre o tema, sendo informado ao Conselho que, atendendo deliberação do plenário, foi remetido o Ofício CAPPI 29/2009 (via e-mail), de 14 de setembro de 2009, ao Diretor Geral da ANTAQ, solicitando que o processo referente ao edital fosse analisado com mais celeridade, em virtude do tempo já demandado. Logo em seguida aquele Diretor solicitou ao Administrador do Porto, conforme já relatado, que um representante da CDI fosse



àquela Agência para discussão conjunta do assunto, o que foi feito. Disse que o edital está bem adiantando e que, se houver tempo hábil, é provável que na próxima reunião do Conselho o edital já esteja tramitando no TCU – Tribunal de Contas da União.

4.3. Programa de Conformidade: o Conselheiro Jeziel Pamato de Souza informou que continuam válidas as licenças e certificações que interferem diretamente no funcionamento do Porto.

4.4. Desenvolvimento das obras de ampliação do porto: O Conselheiro Jeziel relatou que, como é de conhecimento de todos, as obras de recuperação do molhe, de ampliação do cais e de dragagem foram embargadas pela APA da Baleia Franca – ICMBio (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade). Após muitos debates, as obras referentes ao molhe e dragagem foram liberadas, ficando embargada apenas a obra de ampliação do cais, no que diz respeito aos bate-estacas. No decorrer deste mês, com muita habilidade e entendimento, entrou-se num consenso e a obra foi liberada mediante execução de monitoramento das baleias. Hoje teremos uma reunião na APA para tratar do assunto. As obras deverão retomar na próxima semana. Informou que a CDI pediu o cancelamento da multa (R\$ 100 mil), a qual ainda não obteve a resposta por parte da APA.

O Conselheiro Bruno Antonio Resmini Figurelli, Diretor da TECON Imbituba S.A. informou que devido ao embargo, a obra ficou uns dois meses paralisada, o prejuízo está em torno de R\$ 6 milhões. Acrescentou que a TECON está negociando esse valor com a empreiteira contratada e acrescentou comentários técnicos sobre a obra, principalmente sobre a retomada dos serviços e atrasos no cronograma.

O Conselheiro José Roberto Martins, Prefeito de Imbituba, disse que a participação do Poder Público nesse assunto foi pontual, mas que gostaria de saber quem irá arcar com o prejuízo. Parabenizou a Administração do Porto e a TECON pela condução desse processo junto a APA. Disse que o poder público está à disposição. Concorde que a cidade tem que cumprir as leis e preservar o meio ambiente, mas absurdos não podem acontecer.

O Presidente do CAPPI, por sua vez, destacou sua participação pessoal em defesa das questões ambientais, mas não concorda com a prepotência exercida pelas autoridades no exercício das suas atribuições. O resultado em termos de proteção à baleia franca poderia ter sido o mesmo, sem necessidade dos prejuízos causados, não apenas à obra em si mas ao desenvolvimento – sustentado – de todo o litoral da APA da Baleia Franca. Mas transpareceu que a proteção da baleia era objetivo menos importante, enquanto se exercitava disputa de autoridade entre agências públicas que deveriam estar a serviço da sociedade e não de seus interesses isolados.

Adiantou que acompanha as ações de outras agências ambientais, como a NOAA (a agência oceânica e atmosférica dos Estados Unidos) relativas à proteção da baleia franca na costa nordeste dos EUA, e percebe que os aspectos educacionais, de orientação e trabalho conjunto com a comunidade, poderiam servir de exemplo às autoridades ambientais brasileiras, de modo a evitar que a população reverta o sentimento de proteção à baleia, tão arduamente conquistado ao longo dos anos.

5. RELATÓRIOS DAS COMISSÕES

5.1. Taxa Especial de Dragagem, pelo Relator, Conselheiro Santos Pacheco Alves: entregou ao Presidente o relatório mensal e prestou esclarecimentos sobre o desempenho de Janeiro a Agosto de 2009. O relatório está à disposição dos Conselheiros na Secretaria do CAPPI. O Relator informou que em virtude de incompatibilidade de agenda, a Comissão não conseguiu se reunir para tratar do contrato de dragagem entre a CDI e a 3 Golf, mas que a partir do próximo mês já estão programadas reuniões semanais.

5.2. Adicional Tarifário do PSPP – Plano de Segurança Pública Portuária, pelo Relator, Conselheiro Santos Pacheco Alves: entregou o relatório de desempenho de Janeiro a Agosto de 2009, prestando esclarecimentos.

5.3. Relações do Porto com a Cidade: pelo Relator, Conselheiro José Roberto Martins, representante do Governo Municipal, informou que, juntamente com o Administrador do Porto, a Comissão esteve reunida com o Secretário de Infraestrutura do Estado de SC, Deputado Mauro Mariane, com a intervenção do Conselheiro Silvio dos Santos, representante do Governo do Estado e membro da Comissão Porto - Cidade, para tratar sobre a Avenida Manoel Florentino Machado, de acesso ao porto, e sua recuperação. Após várias sugestões, foi solicitada, formalmente, a re-pavimentação global do trecho, que vai até a BR 101, que custará em torno de R\$ 2,5 milhões, ou parte do trecho, que vai até o CAIC. Disse que o município não tem recursos para fazer a obra, por isso foram em busca de parceria com o



Estado, com 70% ou 80% do valor e o município arcaria com o restante. Ainda não houve resposta. Solicitou que o CAPPI interferisse junto ao DEINFRA e ao Governador do Estado, em forma de ofício, em caráter de urgência, solicitando o apoio ao pedido do município. Disse que a recuperação do trecho da Vila Nova, no acesso sul à cidade, será feita na próxima semana, contratada pela PMI, que será da ordem de R\$ 150 mil. O Presidente submeteu à deliberação do plenário a proposição do Relator da Comissão Porto – Cidade, a qual foi aprovada por unanimidade.

A seguir, o Conselheiro José Roberto Martins apresentou ao plenário o Secretário de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Imbituba, Ramiris Ferreira e o Engenheiro Moacir Freitas da Rosa da Secretaria de Infraestrutura, ambos são membros do Comitê Técnico da Comissão Porto x Cidade, (juntamente com os engenheiros Gilberto Barreto e Cândido Pedro Jorge) os quais farão uma apresentação do Plano Diretor da Cidade de Imbituba e das propostas de conciliação do desenvolvimento portuário sem maiores interferências com a vida da comunidade local.

Dando prosseguimento, o Secretário Ramiris apresentou-se e, logo após, o engenheiro Moacir iniciou a apresentação, em data-show, da proposta de adequação do Plano Diretor do Município de Imbituba. Ao final, foram prestados esclarecimentos aos questionamentos feitos pelo colegiado.

Após a apresentação, o Conselheiro José Roberto pediu o apoio da TECON para a elaboração do projeto básico das alterações ao Plano Diretor, para que – a partir disso – se obtenha o apoio político, na esfera estadual e federal, para angariar os recursos necessários para a concretização das referidas alterações, em especial a adequação do acesso rodoviário ao porto e à cidade.

O Presidente Gilberto Barreto submeteu à votação, pelo colegiado, da proposta do Prefeito José Roberto Martins, Relator da Comissão Porto – Cidade, com base na exposição do Comitê Técnico da Comissão, a qual foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros presentes, que destacaram a importância da proposição e clareza como foi apresentada pelo Secretário Ramiris Ferreira e pelo eng. Moacir Freitas da Rosa, ficando a Comissão com a incumbência de manter o Conselho atualizado quanto às adequações futuras que vierem a ser feitas no projeto.

A seguir, o representante do Governo Municipal informou que está devolvendo o prédio da antiga ICC à Gaspetro, pois o mesmo se encontra sucateado, prejudicando as instalações da Prefeitura lá locadas sendo, também, sua recuperação, inviável. Solicitou o apoio do CAPPI neste processo.

Ao final, o Presidente do CAPPI agradeceu aos funcionários municipais pela exposição.

6. ASSUNTOS GERAIS

O Presidente, a pedido dos Conselheiros Mário Cozza e Ruy França, entregou aos Conselheiros exemplares Manual de Governança Corporativa dos Portos Brasileiros, elaborado pela ABTP.

O Presidente aproveitou para solicitar ao Conselheiro Mário Cozza apoio na análise do Regimento Interno do CAPPI, quanto ao vencimento dos mandatos dos Conselheiros no CAPPI e sua permanência até que haja nova indicação ou recondução. Acha que está havendo uma extrapolação na interpretação do Regimento, pois não pode um Conselheiro ficar aguardando sua substituição por período até maior do que o do seu mandato e, por isso, conta com o saber jurídico do Conselheiro para propor os ajustes necessários no Regimento Interno.

Não havendo mais manifestações, o Presidente encerrou esta reunião e a Secretária Executiva do CAPPI, Rejane Kalfeld, redigiu a presente Ata para submetê-la à aprovação dos Conselheiros, na próxima reunião, marcada para o dia 29 de outubro de 2009, quinta-feira, às 9h, na sala de reuniões do Conselho.

Bloco do Poder Público

Governo Federal


Gilberto Barreto da Costa Pereira
(Presidente)

Governo Estadual


Silvio dos Santos

Governo Municipal


José Roberto Martins



Bloco dos Operadores Portuários

Administração do Porto


Jeziel Pamato de Souza

Demais Operadores Portuários


Bruno Antonio Resmini Figurelli

Bloco dos Trabalhadores Portuários

Trabalhadores Portuários Avulsos


Dalmir Anselmo da Silva

Demais Trabalhadores Portuários


José Amílcar da Silva


Albert Pacheco Ramos

Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins

Proprietários e Consignatários de Mercadorias

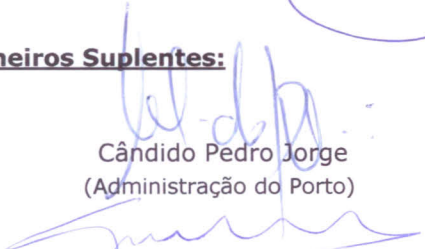

Pedro Kuzniecowa



Santos Pacheco Alves

Terminais Retroportuários


Caio Marcelo Morel Correa

Conselheiros Suplentes:


Cândido Pedro Jorge
(Administração do Porto)


Maria Zilá de Souza Gil
(Demais Operadores Portuários)


Sergio Augusto Costa
(Proprietários e Consignatários de Mercadorias)


Roberto Tórtima
(Terminais Retroportuários)


Mário Cozza
(Proprietários e Consignatários de Mercadorias)


Rejane de Abreu Pires Kalfeld
Secretária Executiva do CAPPI